

“A Engenharia portuguesa é um verdadeiro recurso estratégico do país”

Na atualidade, os setores proeminentes da economia portuguesa são a força motriz necessária para que o país saia do clima de recessão em que se encontra, perspetivando um ciclo de prosperidade. Neste sentido, a Engenharia assume-se como um dos protagonistas de uma mudança necessária. Em entrevista ao ‘Qualidade&Inovação’, Fernando de Almeida Santos, presidente do Conselho Diretivo da Ordem dos Engenheiros-Região Norte, traça um retrato pertinente do setor e apresenta diretrizes de soluções estratégicas.



Fernando de Almeida Santos, presidente do Conselho Diretivo Regional Norte

Numa análise do setor de Engenharia em Portugal, começaríamos por refletir sobre a base da profissão: a formação académica. Ainda que, nos últimos anos, se tenha diminuído de 500 cursos de Engenharia para 300, a Ordem dos Engenheiros (OE) defende que há cursos a mais no país. De que forma é que tal facto pode condicionar a qualidade do ensino ministrado?

Em primeiro importa realçar que, presentemente, não há cursos acreditados pela Ordem dos Engenheiros, uma vez que essa função passou a ser – e bem – totalmente desempenhada pelo Estado, através da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

Depois, nós temos um acentuado decréscimo populacional que já se faz notar na faixa etária dos estudantes universitários. Por outro lado, verificou-se uma massificação do acesso ao Ensino, particularmente na área da Engenharia. Neste sentido, aparentemente há muitos cursos neste domínio, até porque deixou de haver procura suficiente para a oferta que existe. Mas, sobretudo, o que falta é uma análise integrada das necessidades do país, seja regionais, seja nacionais. E, portanto, acaba por ser estranho que haja, num raio de 100 km na região Centro, seis licenciaturas em Engenharia Civil, por exemplo, sendo que existiam em 2007 cerca de 31 cursos de Engenharia Civil em Portugal. A questão é esta: tantos cursos de Engenharia Civil para uma população de cerca de 10 milhões é um rácio muito elevado. Note-se que em Espanha existem cerca de 10 cursos de Engenharia Civil, reconhecidos pelo Estado, para cerca de 40 milhões de habitantes e, ainda assim, têm uma taxa elevada de desemprego, mesmo na Engenharia. Assim, acredito que, em Portugal, há excesso de oferta de cursos e de vagas em quase todos os ramos de Engenharia.

Nesse sentido, qual tem sido a intervenção da Ordem?

Em 2007 foi publicada uma Lei que proíbe as Ordens Profissionais de fazerem acreditação de

cursos. Bem vistas as coisas, o papel da Ordem deve centrar-se na Profissão e não no Ensino. É claro que a Profissão pode dar sinais sobre o tipo de Ensino que se pretende alcançar e, por isso, a Ordem pode e deve ser chamada a pronunciar-se sobre a qualidade dos cursos de Engenharia e isso tem sido assegurado. Temos tido, por isso, um papel interventivo no processo de acreditação assegurado pelo Estado.

A partir do momento que se implementou um sistema de acreditação estatal, a Ordem dos Engenheiros foi reconhecida, pela A3ES, como parceiro neste processo, de forma a aproveitar a sua proficiência e experiência neste contexto. Por outro lado, existe um “selo” de qualidade de reconhecimento europeu – o EUR-ACE. Apesar deste não ser um selo da OE, somos os legítimos representantes em Portugal do EUR-ACE, reconhecendo a qualidade dos cursos de Engenharia de forma voluntária. Neste momento, já temos alguns cursos reconhecidos com o selo EUR-ACE, e temos ainda alguns em processo de avaliação e outros que, obviamente, viram o seu processo de reconhecimento negado. Neste âmbito, tem-se conseguido distinguir as competências profissionais (que cabem à associação profissional respetiva, neste caso à OE) das habilitações académicas. O ponto zero da qualificação profissional é o ponto máximo da habilitação académica. Nós só podemos, portanto, ter novos profissionais na Ordem quanto estes têm inerentes uma habilitação académica de qualidade.

Analisando os desafios atuais da profissão de Engenheiro, o desemprego é (tal como em outros setores de atividade) um flagelo. De que forma é que Ordem fomenta o empreendedorismo e acolhe projetos inovadores que possam surgir no mercado?

No âmbito do empreendedorismo e empregabilidade, a Ordem dos Engenheiros-Região Norte tem pautado por criar mecanismos internos que

facilitem o melhor e mais rápido acesso à profissão. A nível externo, procuramos que o reconhecimento da profissão crie oportunidades para aqueles que quiserem fazer carreira além-fronteiras, em melhores condições de paridade. Criámos o grupo de Jovens Engenheiros que tem levado à prática algumas boas iniciativas na área do empreendedorismo, inovação e empregabilidade, de que foi exemplo o 1º Congresso Ibérico de Jovens Engenheiros (CIJE’12) galardoado com o Prémio Cidadão Europeu 2012. Para se ser Engenheiro há um tirocínio: acesso à Ordem através da realização de estágio. Até agora, o Engenheiro Estagiário tinha que realizar o estágio em ambiente empresarial ou académico. Atualmente, a maior parte dos estágios não são remunerados e há menos oferta de estágios. Face a isto, a Ordem criou internamente uma bolsa de estágios, em que futuros Engenheiros se podem candidatar a um estágio em articulação com um tutor, tal como se estivesse em contexto de empresa. Desta forma, o Engenheiro Estagiário é levado a desenvolver um trabalho de cariz empresarial e, depois de adquirir esse conhecimento, está apto para integrar a Ordem. Este foi um expediente interno implementado na região Norte, mas que outras regiões já estão a promovê-lo devido ao seu sucesso. Ainda na senda do empreendedorismo, facilitamos o acesso aos meios e a utilização das infraestruturas da OE por parte de empresas de Engenharia. Além disso, criámos uma bolsa de divulgação de empregabilidade, sendo um gerador de oportunidades a nível nacional. Além disso, temos vindo a alertar os Centros de Emprego para privilegiarem a contratação de Engenheiros ao invés de licenciados em Engenharia.

No âmbito da internacionalização, o que tem sido feito?

Tendo em conta estas condicionantes e sabendo que não “cabemos” todos no país, pelo menos

nesta fase, a Ordem, nomeadamente o Conselho Diretivo da Região Norte em apoio à Estrutura Nacional tem desenvolvido mecanismos que facilitam a ida dos nossos Engenheiros para o exterior. Assim, já foram protocolados acordos de mobilidade e de reconhecimento bilateral com as nossas congéneres em Espanha, Inglaterra, Angola, Moçambique, Macau, Cabo Verde, Colômbia, Perú e Brasil. No último caso, têm sido muitas as dificuldades inerentes, pois, apesar do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia do Brasil (CONFEA) ter assinado um protocolo bilateral com a OE, este não foi ainda ratificado. Ora, visto que a Ordem não tem capacidade para resolver este problema, esta questão tem que ser elevada à dimensão política.

Aqui, cabe uma crítica fortíssima ao Estado porque se tem demitido destas funções. A diplomacia económica não se faz só com atratividade de investimento estrangeiro para o país, faz-se também com a fomentação de fontes de riqueza externa através de bons recursos humanos. E, a Engenharia Portuguesa é muito bem vista a nível mundial. Assim, o Estado devia fomentar a facilidade de diferenciar o que pode ser um espetro de internacionalização e de retorno, a longo prazo. Ainda que haja mais trabalho a fazer no âmbito da internacionalização da Engenharia e do Engenheiro português, a Ordem dos Engenheiros-Região Norte tem sido um expoente máximo de esforço e dedicação na prossecução deste objetivo. Aliás, no próximo ano, há fortes probabilidades de estabelecemos acordos bilaterais com o México e com a Venezuela. No entanto, considero que este caminho devia ser feito de braço dado com o Estado – até porque somos braço do Estado.

Por último, e depois de traçado o retrato geral do setor, de que forma é que a Engenharia portuguesa pode contribuir para solucionar a crise económico-financeira que se vive no país?

A Engenharia portuguesa é um *partner* que pode contribuir por muitas vertentes. Tudo o que nos rodeia tem um processo de desenvolvimento de Engenharia inerente, e, portanto, notamos que a Engenharia é um recurso estratégico essencial. Qual a cota parte da Engenharia que pode intervir nesse processo de recuperação económica? Essa é a resposta que está por dar. Num mundo global, a Engenharia também é global. Porém, a Engenharia Portuguesa tem boas componentes quer no tradicional – ainda somos um país de referência na área da Construção –, quer nas de tecnologia de ponta. Portanto, temos excelentes recursos nacionais. Se pensarmos que esses recursos também podem ir para o estrangeiro a representar Portugal, de forma enquadrada e através de acordos bilaterais estabelecidos, então a Engenharia é um verdadeiro recurso estratégico do país porque estamos a internacionalizar e não a emigrar. A Engenharia Portuguesa tem, por isso, um papel preponderante a nível europeu e mundial ●